

Discussão de dois pontos básicos retarda 'pacote'

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

Os dois pontos básicos do pacote de medidas que o governo pretende anunciar, visando a uma redução do déficit do setor público, ainda dependem de análise no âmbito dos ministérios da área econômica, não tendo, portanto, uma data certa para decisão: a nova versão do orçamento das empresas estatais, que definirá o nível de corte nos investimentos, custos e salários e encargos sociais das empresas do governo, e a definição da nova taxa de juros para o crédito agrícola, que indicará o nível de subsídios a ser eliminado.

Ontem, ao sair de mais uma reunião com o chefe da Assessoria Econômica da Secretaria de Planejamento, Akihiro Ikeda, o secretário da Sest, Nelson Mortada, afirmou que ainda prosseguem as discussões com as holding estatais em torno do que será eliminado nos gastos programados para os itens do orçamento "outros custos" e "pessoal e encargos sociais".

O secretário da Sest afirmou que "não é fácil fazer cálculos quando os números são expressos em trilhões". Sem querer estender-se em informações sobre o andamento da recomposição do orçamento das estatais, o secretário da Sest estimou que até o final da semana o trabalho estará concluído.

Sua informação, contudo, não coincide com a que foi dada pelo presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki, segundo a qual somente na próxima semana é que sua empresa terá pronto o documento indicando os itens orçamentários que serão afetados pelo novo corte. O problema maior, segundo um técnico da Sest, é que as empresas estão trabalhando normalmente, gastando com base no orçamento em vigor. Desse modo, um novo corte terá de considerar os dispêndios até agora não realizados.

CRÉDITO RURAL

Por sua vez, o chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Agricultura, Deniz Ribeiro, afirmou que ainda não foi possível chegar a um consenso a respeito da nova taxa de juros do crédito agrícola. Ele admitiu que várias propostas estão sendo analisadas, considerando praticamente impossível que tudo esteja pronto hoje, a tempo de ser aprovado pelo Conselho Monetário Nacional.

Ontem, durante a reunião do conselho diretor do Banco do Brasil, a proposta que o banco está patrocinando foi discutida e prevê, segundo fontes qualificadas, um aumento para 75% do INPC mais 3% de juros o custo do crédito para os produtores rurais do Centro-Sul e para 60% do INPC mais 3% de juros anuais o custo para os produtores rurais do Norte-Nordeste. A proposta do Banco Central é de 85% do INPC mais 5% de juros para o Centro-Sul e 70% do INPC mais 5% para o Norte-Nordeste.